

Brasil perdeu 38% da vegetação nativa

Devastação foi 4 vezes maior fora da Amazônia, mostra levantamento do IBGE; só restam 12% da Mata Atlântica, bioma mais afetado

Luciana Nunes Leal
Vinícius Neder / RIO

Cerca de 38% da vegetação nativa do País já desapareceu. E, com as preocupações voltadas para a Amazônia, onde está reunida a maior biodiversidade do planeta, pouca atenção foi dada ao resto do território brasileiro, que já perdeu 59% da vegetação nativa. O saldo da devastação foi calculado pelo *Estadão Dados*, com base em estudo divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proporção da devastação do Brasil não amazônico é quatro vezes maior que a destruição da Amazônia, onde 15% foram desmatados. Do território que reúne Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga,

Pampa e Pantanal, foi devastada uma área equivalente às Regiões Nordeste e Sudeste juntas.

Nos *Indicadores do Desenvolvimento Sustentável 2012*, o IBGE aponta pela primeira vez o retrato do desmatamento em todos os biomas fora da Amazônia.

Há 20 anos, sem conseguir água para irrigar a roça de feijão, milho e abóbora, o agricultor Benedito Mendes, de 50 anos, estava na iminência de vender o sítio na zona rural de Ribeirão Grande, a 239 km de São Paulo. O pequeno manancial existente na área secou depois que a cobertura vegetal de Mata Atlântica que o protegia desapareceu.

Os indicadores do IBGE revelam que estão preservados apenas 12% da área original da Mata

Atlântica, o bioma mais devastado do País. A área destruída chega a 1,13 milhão de km², quase o Estado do Pará e mais que toda a Região Sudeste.

Por ser o bioma mais devastado, a Mata Atlântica também tem o maior número de espécies da fauna extintas ou ameaçadas

Como acessar:



Conheça o infográfico interativo sobre a devastação dos biomas brasileiros

estadao.com.br/e/biomas

de extinção: cerca de 260. No total, o IBGE apontou nove espécies que já desapareceram.

O bioma presta serviços ambientais importantes para várias cidades populosas, como Rio e São Paulo, e sua devastação multiplica dramas como o do agricultor Mendes.

Nos anos 1990, ele aderiu ao programa estadual de microbacias e recuperou a nascente e recompôs a reserva legal. A atitude sustentável fez com que a família fosse incluída no programa de aquisição de alimentos do governo federal. Também passaram a fornecer para a merenda escolar. Agora, para manter o comprador, Mendes se esmera em respeitar o meio ambiente.

Ameaçado pela expansão agropecuária e queimadas, o Cerra-

do, segundo maior bioma do País, chegou em 2010 a 49% de desmatamento acumulado. Na pesquisa divulgada há dois anos, o IBGE havia apontado devastação de 48% do Cerrado. Em dois anos, foram desmatados 52,3 mil km² – o equivalente ao Rio Grande do Norte.

Embora o ritmo de desmatamento da Amazônia Legal – área que inclui, além da floresta amazônica, trechos de Cerrado – venha diminuindo ano a ano desde 2008, a perda de vegetação original chegou a 15% do território em 2011. Desde a Eco-92, uma área equivalente ao Chile foi desmatada. Nos últimos dois anos, se perdeu uma cidade de Manaus em vegetação nativa.

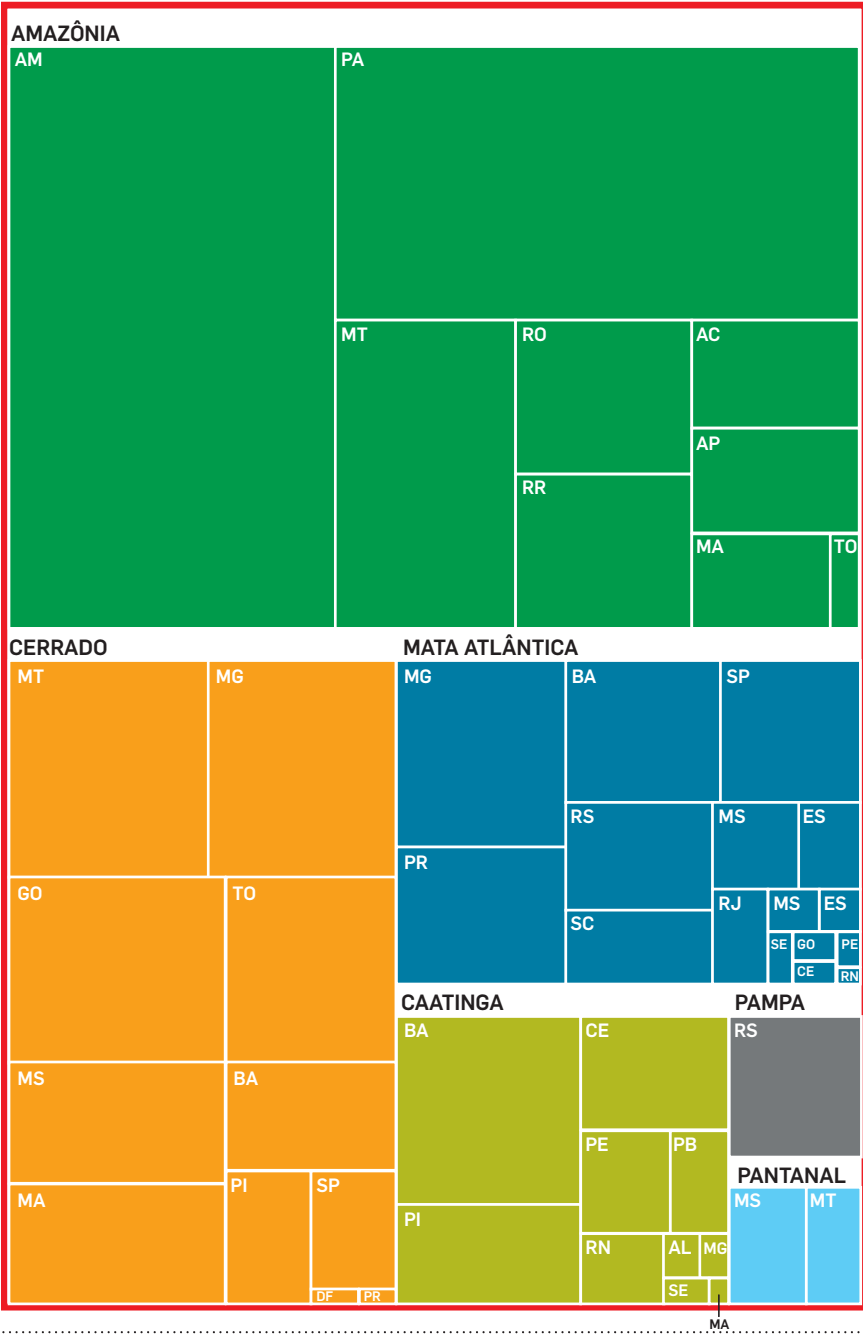
Grande parte da queda no rit-

mo do desmatamento da Amazônia, segundo o IBGE, é explicada pela redução de queimadas e focos de incêndio na região, que caíram de 104.122 ocorrências em 2000 para 61.687 em 2011.

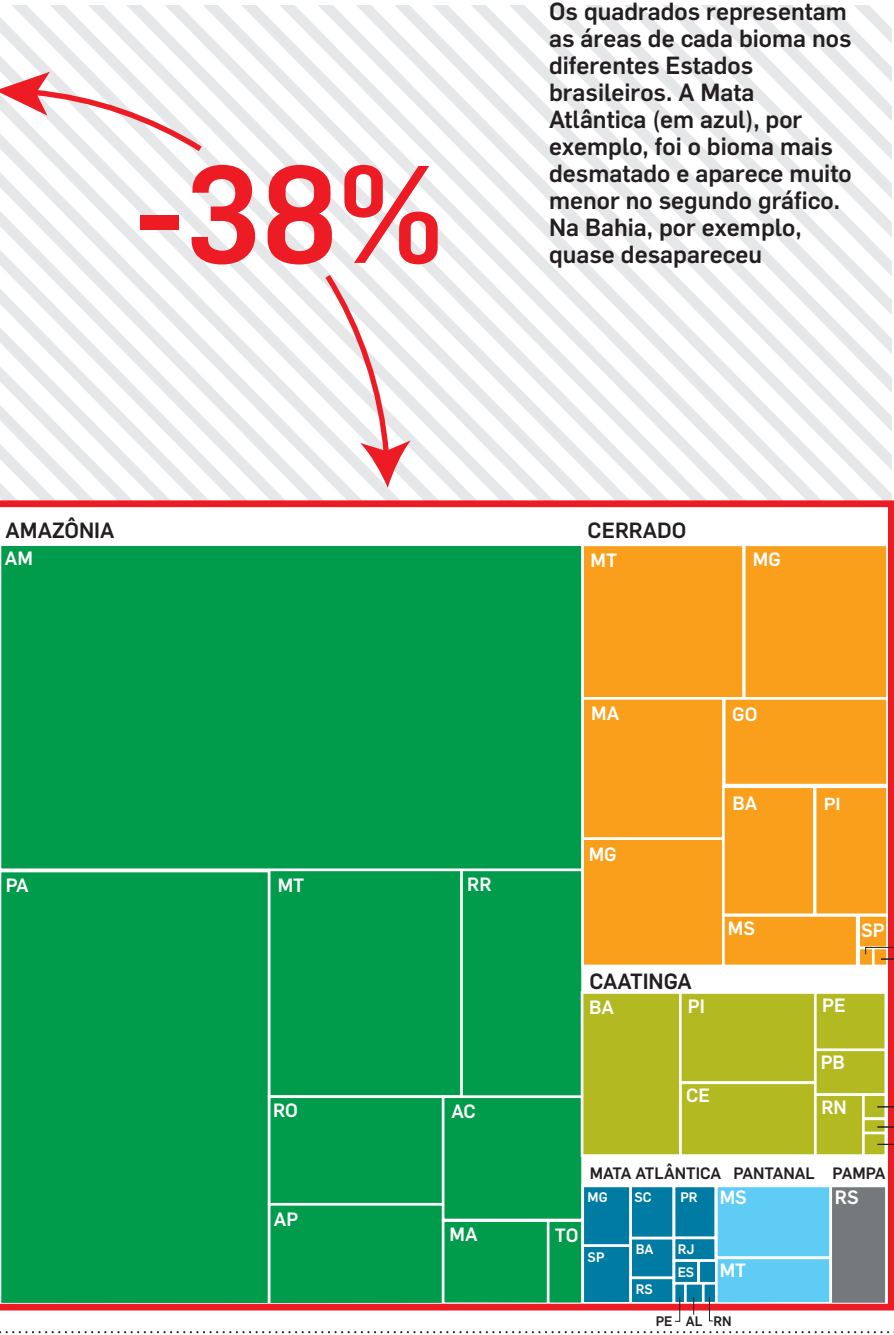
Ministro do Meio Ambiente na época da Eco-92, José Goldemberg discorda. “Não se sabe se a queda é por causa de medidas efetivas do governo ou à pouca demanda internacional. Com a crise econômica, as pessoas estão comprando menos carne, menos soja”, afirma. “O desmatamento da Amazônia, que caiu, ainda é muito alto. São 5 mil km² por ano. É desmatamento para danar.” / COLABORARAM JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO, AMANDA ROSSI, TCHA-TCHO E JOSÉ MARIA TOMAZELA,

HISTÓRICO DE DEVASTAÇÃO

Área original dos biomas



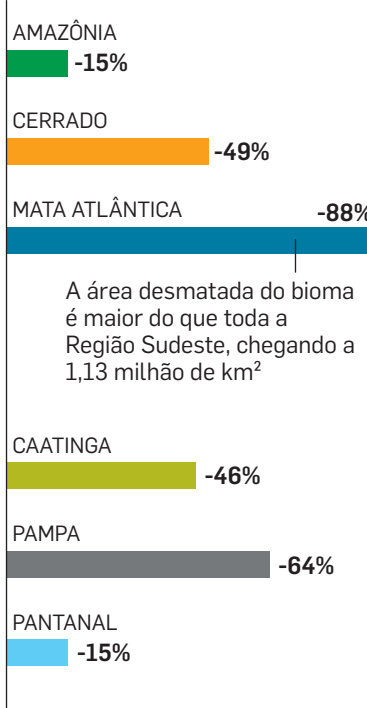
Área dos biomas hoje em dia



Os biomas no mapa do Brasil



Os biomas que mais perderam área



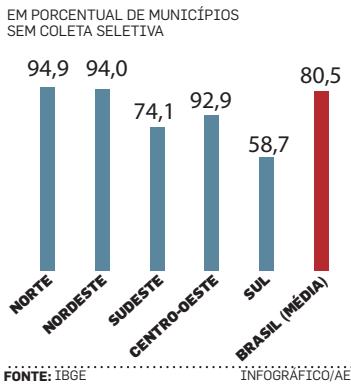
INFOGRÁFICO/AE

Menos de 20% das cidades separam lixo para reciclagem

Número de cidades que adotam a coleta seletiva mais que dobrou entre 2000 e 2008, mas índice ainda é bastante baixo

O número de cidades brasileiras com coleta seletiva de lixo mais que dobrou de 2000 a 2008, mas apenas 1.087 municípios, ou 19,5% do total, têm alguma forma de separação para reciclagem. Em 2000, apenas 8,2% das cidades tinham coleta seletiva. Por outro lado, o avanço na reciclagem de alguns materiais, como o alumínio, tem mais um lado social – o trabalho dos catadores – que ambiental. O Brasil é campeão em reciclagem de alumínio, com 98,2% de reaproveitamento em 2009. Em 1993, o índice (proporção do consumo de material reciclado em relação ao total consumido) era de 50%. A reciclagem de embalagens PET também deu um salto: de 18,8% (1994) para 55,6% (2009). No vidro, a alta foi de 25% (1993) para 47% (2009).

SEM COLETA



Segundo Jorge Tenório, professor da Poli-USP, o fator econômico conta mais para o avanço da reciclagem. Algumas sucatas, sobretudo alumínio e PET, têm alto valor e servem de fonte de renda para muitos. “Qualquer metal tem valor, mas é mais fácil para o catador coletar embalagens”, destaca ele, explicando por que a reciclagem se concentra em poucos materiais.

Apesar do quadro desfavorável, Tenório vê espaço para avanços, sobretudo com a Política Na-

cional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010. Algumas metas – como a extinção dos lixões até 2014 – são difíceis de alcançar, mas a fiscalização das agências reguladoras do ambiente nos Estados e a cobrança por parte do Ministério Público pressionarão por mudanças.

No plano da política local, será preciso avançar mais. O Paraná, Estado com a maior cobertura, não passa de 52,1% das cidades com coleta seletiva. A disparidade regional é enorme: no Piauí, só duas cidades (0,9% do total) separam o lixo.

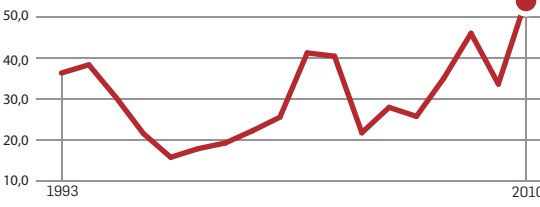
A coleta seletiva está concentrada no Sudeste e no Sul, onde 25,9% e 41,3% das cidades, respectivamente, separam o lixo. São piores os dados para o Norte (5,1% das cidades), Nordeste (6%) e Centro-Oeste (7,1%).

O estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística também evidencia uma ameaça aos avanços, ao apontar um recuo na mobilização política local, nos municípios, em torno do desenvolvimento sustentável. / V.N. e L.N.L.

BONS E MAUS INDICADORES

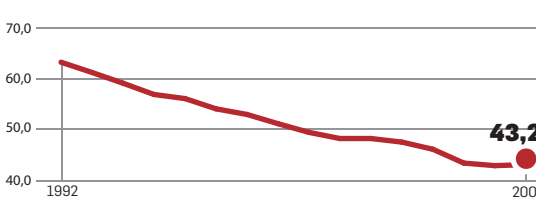
Doenças transmitidas por insetos

CONTÁGIO A CADA 100 MIL HABITANTES



Casas inadequadas

PORCENTUAL DE MORÁDIAS SEM ÁGUA, LUZ OU ESGOTO



Quase 50% das casas são inadequadas para se viver

A renda média mensal do brasileiro com 10 anos ou mais aumentou 35,6% entre 1992 e 2009, mas ainda há 25 milhões de domicílios (43,2% do total) em condições inadequadas e o número de interações hospitalares decorrentes de saneamento precário são preocupantes.

As más condições de moradia, associadas às desigualdades raciais e regionais, à devastação de vegetação nativa e à poluição atmosférica, afastam o Brasil do desenvolvimento sustentável, que pressupõe crescimento com preservação ambiental, qualidade de vida e inclusão social. Por outro lado,

a diminuição da pobreza, da desnutrição infantil e do uso de substâncias nocivas à camada de ozônio são indicadores positivos de sustentabilidade.

A presidente Dilma Rousseff tem insistido em dizer que o desenvolvimento sustentável no País é um caminho sem volta, independente das oscilações da economia, e cita a diminuição da pobreza como um dos objetivos. Entre 1992 e 2009, a renda mensal per capita da população de 10 anos ou mais passou de R\$ 807 para R\$ 1.094, em valores de 2009. Outro dado comemorado tem sido a redução da desnutrição infantil, que

atingia 18,4% das crianças de menos de 5 anos em 1975, caiu para 5,7% em 1996 e chegou a 2,8% em 2009.

Há avanços nos indicadores de saúde e o total de internações por doenças ligadas ao saneamento precário caiu a menos da metade entre 1993 e 2010. Mas os Indicadores Sociais do IBGE apontam aumento dos casos entre 2009 e 2010.

As informações sobre agricultura são o retrato dos dilemas do País no caminho para o desenvolvimento sustentável. Embora sejam bem menores que as pastagem, as áreas de lavouras vêm crescendo (de 6% para quase 8% do território brasileiro entre 1992 e 2010), assim como a venda de fertilizantes e agrotóxicos (de 69,4 quilos por hectare em 1992 para 155 quilos por hectare em 2010). / L.N.L. e V.N.